



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIV - Nº 274 - DE 12 A 26 DE JANEIRO DE 2004 - R\$ 1,50

A conjuntura internacional evidencia a desintegração do capitalismo e a urgência da Revolução Socialista

Um ano de governo Lula:

um governo burguês e de traição às massas; cumpridor dos compromissos com o imperialismo e os capitalistas; e que prepara mais ataques

As organizações sindicais, populares, camponesas e estudantis só podem ter independência real se combaterem o governo e sua política neoliberal.

**Internacional:
Mais artigos do
POR boliviano
sobre a situação
revolucionária
no país**

**Liberdade imediata
para Saddam Hussein!
Fora as tropas
imperialistas do Iraque!
Autodeterminação
dos povos!**

LA TRAMPA DE LA ASAMBLEA CONSTITUYENTE



Conjuntura internacional e nacional

Apresentamos abaixo um texto que será debatido na Conferência Regional do POR de São Paulo.

Conjuntura Internacional

O modo de produção capitalista na atual fase imperialista tem evidenciado seu processo de desintegração ao sustentar de forma cada vez mais artificial a lucratividade do capital, a partir de mecanismos especulativos e parasitários do Estado, e pela generalização da superexploração do trabalho, pela expropriação de parcela substancial dos salários diretos e indiretos. A desintegração capitalista é a expressão da rebelião das forças produtivas altamente desenvolvidas contra as atuais relações de propriedade burguesas, entre a produção social e a apropriação privada, entre a propriedade coletiva e a propriedade privada. Para preservar o sistema econômico e seu poder político, os capitalistas têm de recorrer a mecanismos artificiais de sustento da lucratividade do capital, que atenuam ao nível imediato as crises, mas que potenciam crises futuras mais violentas e explosivas.

As tendências recessivas da economia e a fragilidade da especulação financeira obrigam o imperialismo a se lançar numa ofensiva intervencionista econômica e bélica geral. A reconcentração de mercados e capitais, a formação de blocos econômicos, o acirramento da guerra comercial, os volumosos artifícios contábeis etc. são combinados com a intervenção militar direta. O que está em disputa é o controle pelo mercado mundial e sobre as fontes de matérias-primas. A superexploração do trabalho e o aumento da opressão nacional e social são meios para preservar o sistema econômico historicamente apodrecido. As políticas do imperialismo atacam as condições de vida das massas em todas as partes. Nos países de capitalismo desenvolvido, as conquistas sociais são destruídas e as massas se levantam contra. Nos países atrasados, a aplicação das imposições dos organismos internacionais resulta num aumento dobrado da opressão, levando a convulsões políticas e sociais.

O intervencionismo imperialista tem se manifestado de forma mais acirrada no Oriente Médio e na América Latina. No Oriente Médio, o imperialismo se move

para obter absoluto controle sobre a produção e comércio do petróleo mundial, principal fonte de matéria-prima e elemento decisivo para a valorização artificial de ações nos mercados financeiros pelo mundo. Os regimes políticos dirigidos pelas burguesias nativas, ainda que submissas, não permitem tal controle, que tem de ser absoluto, para salvaguardar os interesses do parasitismo mundial. A ocupação militar sobre o Iraque foi o primeiro passo dessa ofensiva na região. Na América Latina, o intervencionismo combina a pressão política e econômica com a ação militar. A imposição da Alca expressa o aumento do domínio econômico imperialista sobre a região e a aplicação de todo um conjunto de medidas econômicas e sociais. Pressão política e econômica sobre a Venezuela em busca de um governo títere. E a ação militar se dá de forma diferenciada mas geral: tropas e armas na Colômbia e Bolívia, instalação de bases militares pelo continente, inspeção sobre fabricação e instalações militares.

A crise capitalista condiciona a restauração do capitalismo no Leste Europeu, China e Cuba. Na Rússia, a privatização da economia formou verdadeiras máfias a partir da burocracia estalinista instalada no Estado, e estabeleceu uma profunda dependência em relação à especulação financeira mundial. A destruição das conquistas da revolução russa levou à instalação das mazelas do capitalismo no país: miséria, desemprego, desabrigo, expansão das doenças etc. Esse quadro pode se potencializar de acordo com a trajetória da crise mundial. Na China, a burocracia tem dado passos significativos para recompor o capitalismo. Submete-se às tendências econômicas do comércio internacional e procura tirar vantagens disso. Porém, ao aumentar a interdependência com o mercado mundial, assimila também a potencial explosividade de suas crises. Em Cuba, o restauracionismo segue adiante, condicionado pelas imposições de Washington e pelo isolamento aumentado pela burocracia castrista. O restauracionismo apresentado como vitória do capitalismo, na verdade é expressão da falência histórica do socialismo

num só país. Os refluxos nesses países não anulam o processo histórico mais geral revolucionário aberto com a revolução russa de 1917. As tendências do capitalismo apontam para a retomada da luta revolucionária em diversos países e nesses também.

A crise capitalista fomenta o artificialismo e parasitismo mais explícito na economia. O capital financeiro é obrigado a recorrer a artifícios como os balanços fraudulentos envolvendo bilhões nas contas das multinacionais; os governos têm de sustentar elevadíssimas taxas de juros de suas dívidas e cortar todo tipo de investimento público para o sustento do parasitismo; os salários diretos e indiretos são atacados profundamente, pela destruição de conquistas trabalhistas, cortes de orçamentos de serviços sociais públicos e redução direta dos salários – trata-se do aumento da superexploração do trabalho assalariado. Ainda assim, o capital parasitário não consegue se safar das poderosas tendências inerentes ao sistema de redução das taxas de lucro. Uma parte da burguesia se refugia na marginalidade: no narcotráfico, contrabando e outras formas criminosas, que escapam do controle estatal e buscam o lucro maior. Essas frações capitalistas impulsionam a criminalidade e a violência social. Apóiam-se nas tendências da crise de aumento da miséria e desemprego arrebanhando parcela da juventude sem perspectiva para seus fins. Sua ação e poder penetram no Estado capitalista e acirram as disputas interburguesas.

A situação internacional aponta para o agravamento da barbárie social em larga escala, pelo desenvolvimento das tendências desintegradoras da economia mundial capitalista. Diante da ofensiva do imperialismo, ganham importância as bandeiras de luta antiimperialista e as táticas correspondentes. A bandeira de autodeterminação dos povos expressa a oposição ao intervencionismo militar imperialista. Seu conteúdo é a liberdade das nações em resolverem seus próprios problemas sem nenhuma ingerência externa, poderem praticar a separação em estados independentes, decidirem soberanamente acerca de seus regimes políticos e sobre

toda e qualquer produção de armas (inclusive as nucleares) ou outras mercadorias (inclusive as drogas). A autodeterminação só pode ser conquistada pelo armamento da população, nenhum governo burguês será capaz de efetivá-la. Por isso constitui bandeira transitória, que só pode ser realizada plenamente pela revolução proletária. Na América Latina, o problema da integração entre os países não tem resolução nos marcos do capitalismo. Havendo capitalismo, qualquer "integração" só se dará pela via da opressão nacional, qualquer estratégia burguesa de integração, como o Mercosul, fracassará. A possibilidade de unidade livre e harmônica entre os países da região só é possível através dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. A tática que corresponde à luta contra a opressão nacional é a da Frente Única Antiimperialista, que expressa a unidade da nação oprimida sob o programa e a direção do proletariado. Essa tática parte das reivindicações mais imediatas das massas, que as levam ao choque com o imperialismo e a burguesia nacional, portanto à luta antiimperialista e anticapitalista - conclui na revolução social. Por outro lado, expressa a unidade do proletariado mundial contra a burguesia mundial: manifesta-se na unidade proletária dos diversos países contra o intervencionismo bélico imperialista, agindo de todas as formas em defesa do país oprimido contra o país opressor.

A resolução do impasse histórico da humanidade, entre socialismo ou barbárie, depende da construção de um poderoso partido mundial da revolução socialista, que se fundamente em partidos-programa nos diversos países, que expresse a experiência histórica do proletariado mundial, que concretize o socialismo científico, o marxismo, de nosso tempo. Na atualidade, é preciso tomar como ponto de partida a assimilação crítica da experiência boliviana, único país em que se desenvolveu um partido com essas características, o POR. Seu programa expressa a aplicação do método do Programa de Transição na realidade boliviana e o internacionalismo proletário. Em cada país, a tarefa é caminhar nesse mesmo sentido: elaborar o programa do partido revolucionário a partir da aplicação do socialismo científico à realidade em que se atua, e construir o partido a

partir dele. As tentativas de busca de atalhos a essa tarefa histórica têm resultado em um sem número de correntes alheias ao marxismo, que acabam colaborando para preservar o regime político burguês. A situação internacional favorece a construção do partido mundial, IV Internacional, tarefa impostergável.

Conjuntura Nacional

A crise mundial se manifesta sobre o Brasil com o aumento da dependência externa e da opressão nacional e social. A instabilidade de sua economia, suscetível a todas as variações no mercado financeiro mundial, a imposição da superexploração do trabalho e a aplicação da linha neoliberal ditada pelos organismos internacionais manifestam essa dependência. Qualquer governo burguês terá de expressar os interesses de classe da burguesia nacional, submissa ao imperialismo, e assim aplicar as diretrizes políticas impostas pela dinâmica da economia capitalista, no caso atual, de aumento da dependência externa e da opressão nacional e social.

O governo Lula completou um ano. Revelou-se um governo burguês, como não poderia deixar de ser, na medida em que se colocava por gerir o Estado capitalista, sob o manejo do poder econômico das oligarquias e do capital financeiro. Resultou da aliança do PT - expresso na sua burocracia sindical - com as mais diversas frações da burguesia nacional, sob o aval do imperialismo (após assumir o cumprimento de todos os compromissos com o capital financeiro e as organizações internacionais), e com um programa que expressava a continuidade e aprofundamento da linha antinacional e antipopular desenvolvida pelos dois mandatos do governo anterior (FHC), através das reformas neoliberais. É também um governo de traição às massas, que votaram nele iludidas com as promessas reformistas de fim da fome, 10 milhões de empregos e reforma agrária, que não foram além dos discursos da campanha eleitoral. Quando dizemos que o governo Lula traiu, não estamos falando de traição ao socialismo ou à revolução, que nunca defendeu, mas da negação prática da própria política reformista. Trata-se de uma política inviável sob a desintegração capitalista. Na fase do imperialismo, não há margem para o progresso de uma política reformis-

ta assentada em concessões às massas, porque é impossível à burguesia realizá-las. O que ocorre é que o reformismo acaba praticando a política reacionária de opressão às massas em benefício do capital.

Para viabilizar seu governo, Lula teve de pôr em prática todos os métodos próprios da gestão de um governo burguês: o fisiologismo, a corrupção, o favorecimento, a repressão, a submissão ao imperialismo. Aplicou a política dos governadores, reunindo-os e utilizando das suas relações de controle sobre as bancadas parlamentares para negociar e aprovar as reformas da previdência e fiscal. Dividiu os ministérios e cargos de segundo e terceiro escalão com os partidos que apoiaram o governo anterior em troca de construir uma base parlamentar. Constituiu um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (pacto social) para negociar juntamente com a burocracia sindical e representantes diretos do capital as reformas neoliberais e impô-las sem resistência. Conseguiu aprovar as reformas da previdência e fiscal indo muito mais fundo no ataque às massas que o governo anterior e preparou as condições para a aprovação das reformas sindical e trabalhista nesse mesmo sentido. Cortou verbas de investimentos, orçamentos dos serviços sociais e de programas assistencialistas para garantir a superação das metas firmadas com o FMI, pagando rigorosamente os compromissos da dívida externa e interna. Renovou o acordo com o FMI preservando os compromissos assumidos pelo governo anterior e mantendo a submissão do país ao organismo internacional. Protegeu a propriedade latifundiária de toda forma, reduzindo os assentamentos e permitindo o aumento da violência estatal e latifundiária contra os sem-terra. Tentou expressar uma política externa que não contrariasse nem se submetesse completamente ao imperialismo, resultando numa submissão velada, como aconteceu com a guerra do Iraque, quando se negou a apoiá-lo contra a invasão norte-americana. Buscou expressar as frações burguesas que atritam com o imperialismo quanto ao comércio exterior, apresentando o Mercosul como alternativa à visão yanque de implantação da Alca, mas acabou cedendo no final. Protegeu os capitalistas em dificuldades com todo tipo de subsídio: 4 bilhões às empresas elétricas,

absolvição da dívida da AES com o BNDES, acordo favorável aos planos de saúde, “parceria” público/privada para garantir o lucro capitalista. Manteve a elevada taxaço que recai sobre os assalariados para sustento do parasitismo.

A principal função do governo Lula é a de bloquear as tendências desagregadoras entre as frações burguesas, que vinham se desenvolvendo, e agir de forma a conter as lutas de massas, em particular do movimento operário. A ascensão de um governo do PT, que tem entre seus quadros a burocracia que controla os movimentos sociais, favorece a negociação para viabilizar as medidas antinacionais e antipopulares. O resultado da aplicação dessas medidas é o aumento da superexploração do trabalho, do desemprego e da miséria das massas, para favorecimento dos capitalistas. Todos os congressos operários, populares e estudantis de 2003, sob a direção do PT e do estalinismo (PCdoB), aprovaram o apoio ao governo e suas políticas. Qualquer outra medida de defesa das reivindicações das massas fica em contradição a essa diretriz determinante. A defesa das reivindicações das massas depende da luta política contra as direções conciliadoras com o governo.

O movimento operário, que teve retomada de greves e mobilizações de rua em alguns setores, se deparou com o colaboracionismo das direções diante da ofensiva capitalista efetivada pelo governo do PT/Lula. As demissões e o desemprego bateram todos os recordes. O desemprego recessivo foi acirrado pelo desemprego tecnológico. Ao invés dos operários se levantarem por suas reivindicações, foram os capitalistas que pressionaram os sindicatos para impor redução de direitos e demissões. Os acordos que a burocracia sindical conciliadora realizou só serviram para barrar o choque de classe e preparar o terreno para mais ataques patronais. As bandeiras de controle operário e de escala móvel de salários e de horas de trabalho ganham importância diante da crise recessiva. Elas sintetizam a defesa do emprego e salário e ajudam a classe a ganhar a unidade necessária para enfrentar os patrões e o governo.

O movimento camponês protagonizou a retomada do crescimento das ocupações de terra em 2003, após anos de redução. Apesar da direção estar comprometida com o governo do PT/Lula,

não pôde evitar que as lutas avançassem, porque o governo fez ainda menos assentamentos que o anterior. A luta de classes no campo está se agravando. O governo foi eleito com o apoio e expressa o poder latifundiário da terra. Por isso atua de acordo com os interesses dos proprietários da terra e faz demagogia com promessas ao sem-terra, a fim de conter suas lutas. A omissão do governo do PT/Lula diante das prisões de lideranças e aumento dos assassinatos, e a recusa em anular a medida provisória de criminalização das ocupações evidenciam de que lado está. Os latifundiários têm agido com mais ousadia, efetivando bloqueios de estradas para impedir marchas de sem-terra e exibindo seu aparato repressivo particular. A última grande marcha de sem-terra levou a uma trégua de seis meses com o governo. não será possível reverter as tendências de confronto no campo. As necessidades dos camponeses não têm como ser atendidas plenamente sem a destruição do latifúndio, a aliança operário e camponesa e a revolução agrária.

O governo apresenta a previsão de crescimento de 3,5% do PIB em 2004, o que é duvidoso. Mesmo que seja atingido, não repõe os retrocessos anteriores. Não há nenhuma possibilidade de romper em 2004 com as tendências gerais de estagnação econômica, tanto pelas tendências da economia mundial quanto pelas consequências da política econômica governamental. As medidas econômicas do governo, chamadas de “transição”, constituíram justamente o oposto de uma política burguesa de defesa nacional frente aos interesses do imperialismo. A elevação das taxas de juros e o corte de investimentos públicos de mais de 14 bilhões emperraram ainda mais a economia. Resultaram em mais recessão, 700 mil demissões, redução dos salários reais. A economia brasileira teve retrocessos em quase todos os setores, exceto naqueles ligados à exportação. O índice de 0,35% de crescimento do PIB (praticamente zero) só foi obtido com o aumento de 21% na produção agrícola, no setor voltado à exportação. A condução da política econômica governamental pelo reformismo revelou-se antinacional e antipopular. As tendências para o próximo ano são de aumento da luta operária contra o desemprego e arrocho salarial e

contra a reforma trabalhista; retomada das lutas dos sem-terra devido à pequena quantidade de assentamentos governamentais; lutas nas universidades contra as medidas de reforma universitária privatista do governo; greves no funcionalismo contra o arrocho salarial (1,8% de reajuste contra 8,9% de inflação). Contra essas tendências de luta, agem as direções burocratizadas das organizações de massa, comprometidas em sustentar o governo Lula a qualquer custo.

Outro fator de contensão das massas estará na realização das eleições municipais. Tudo indica que vão expressar a disputa mais ferrenha entre as frações burguesas, preparando o terreno para as eleições gerais de 2006. O poder econômico exercerá grande pressão sobre as massas para que elas se desviem da luta direta e busquem a solução dos problemas pelo voto. Tudo se prepara nesse sentido: verbas adicionais para assistencialismo e obras, contratação em massa de cabides de emprego, mais dinheiro para a propaganda eleitoral. As correntes que ajudaram a eleger Lula mas têm críticas à sua política econômica ajudarão a burguesia a exercer a pressão em favor do voto. A militância revolucionária terá de atuar contra essa maré, denunciar a farsa da democracia burguesa, defender seu programa e impulsionar as lutas pelas reivindicações das massas.

O elemento mais grave da situação é a ausência de um partido revolucionário enraizado nas massas. O POR em construção tem a seu favor o acerto de suas colocações políticas e a situação convulsiva que se desenvolve internacionalmente e que se manifestará assim também no Brasil. A conjuntura é ainda mais favorável pelo fato do reformismo estar no governo, praticando uma política pró-imperialista e realizando a estratégia internacional do imperialismo. As críticas do POR adquirem concretude da experiência prática que as massas fazem com o governo Lula. Trata-se de desenvolver a elaboração coletiva do programa, fazer os ajustes organizativos necessários e colocar em prática as campanhas que correspondam ao desenvolvimento e impulso da luta de classes contra o governo burguês, tendo em conta as dificuldades impostas pelas ilusões das massas nesse governo e o necessário choque contra a burocracia sindical que o sustenta.

O gigantismo da dívida brasileira

O comentarista econômico Celso Ming afirma que a dívida pública do Brasil cresceu. 'Em vez de cair, a dívida pública cresceu em 2003. Ao final de 2002 estava em 881,1 bilhões de reais ou 55,5% do PIB. Agora poderá ter ultrapassado os 915 bilhões de reais ou 57,7% do PIB'.

O governo do PT impôs o regime de contenção orçamentária e de aumento de impostos para obter o superávit primário de 4,25% do PIB. Abriu mão inclusive do seu demagógico programa assistencialista de Fome Zero para alcançar os 4,25% e pagar os credores internacionais.

O argumento era e é de que é preciso manter a credibilidade internacional enchendo os cofres dos banqueiros e que com tais medidas reduziria a dependência do país em relação ao endividamento e seus credores. Ocorre que o governo teve de pagar 125 bilhões de reais somente em juros aos credores internos e externos, enquanto que o superávit primário chegou a 75 bilhões de reais. Tem se feito um tremendo esforço para manter o

real desvalorizado, de forma a aumentar as exportações e obter divisas em dólar para financiar o endividamento externo.

Está claro que as medidas ditadas pelo FMI estão inteiramente voltadas a sustentar o parasitismo financeiro às custas do atraso econômico, do desemprego e do aumento da miséria das massas. Não se livrará o Brasil dos credores mantendo os acordos, contratos e as medidas impostas pelas agências internacionais do imperialismo.

A política econômica e financeira assumida pelo governo Lula está voltada a proteger os interesses dos banqueiros e assim é pró-imperialista.

As massas oprimidas, sob a direção da classe operária, têm de rechaçar esse governo, superando suas ilusões e passando por cima da burocracia sindical que o sustenta ou que faz oposição pela direita, como no caso da Força Sindical.

Os trabalhadores não podem aceitar as reformas que sacrificam suas vidas para proteger o grande capital.

Recuperar as estatais sobre o controle coletivo operário

A privatização do setor de energia mostra bem como a burguesia brasileira é entreguista. A empresa norte-americana AES Corporation comprou a Eletropaulo com dinheiro público no valor de 1,2 bilhão de dólares e agora deixa de pagar o financiamento.

O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) acabou por fazer uma nova concessão ao capital imperialista. Criou uma empresa mista (holding), a Brasileira Energia, para evitar a falência

da privatização sob o controle da AES. A AES continua com o controle com 50,01% do capital votante. Assim, permitiu reestruturar o endividamento para 11 anos, a juros subsidiados. Nessa negociata, o BNDES abriu mão de 197 milhões de dólares de juros que a AES deveria pagar.

O mais escandaloso é que a AES no Brasil enviou dividendos para a matriz norte-americana que também se encontra em crise. A multinacional deixou de

pagar o BNDES, mas não deixou de enviar dividendos para os Estados Unidos.

O governo Lula ajuda assim a salvar os interesses do capital imperialista e a manter a privatização feita no governo FHC.

Os trabalhadores devem rechaçar o entreguismo e lutar pela recuperação da estatal, expropriando o capital internacional, sem nenhuma indenização e impondo o controle operário coletivo.

Controle monopolista sobre a energia nuclear

Na reforma ministerial do governo Lula, estava prevista a saída do Ministro Roberto Amaral, da Ciência e Tecnologia. Este se declarou favorável ao direito do Brasil construir armas nucleares e industrializar o urânio enriquecido. Mostrou que o país tem em abundância o urânio e que tem todas as condições tecnológicas para processá-lo em escala industrial. Para completar sua opinião, defendeu que as inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) deveriam ser negociadas, de forma que não fosse de surpresa e que garantisse os interesses tecnológicos e comerciais do Brasil. Essa agência chega a fazer 40 inspeções anuais nas instalações nucleares brasileiras, apoiada no

Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

O que o Ministro da Ciência e Tecnologia expressou não é senão o direito soberano do Brasil dominar em todos os campos a energia nuclear. Bastou para que a reação pró-imperialista interna acusasse o Ministro de contrariar a Constituição, que proíbe a construção de armas nucleares. Ocorre que essa proibição foi imposta pelo imperialismo que monopoliza o conhecimento científico e tecnológico da energia nuclear, e que impôs ao Brasil e a cerca de 90 países a proibição de terem laboratórios que possam construir armas nucleares.

Foi com este trunfo que os Estados Unidos invadiram o Iraque, mesmo que

os inspetores da ONU não tenham encontrado nenhum indicador de que esse país tivesse armamento nuclear ou químico.

As potências têm armamento para destruir a terra várias vezes e usam esse poderio para manter seu domínio sobre a maioria das nações semicolônias.

O Ministro Amaral acabou de renunciar ao cargo, tremenda pressão dos Estados Unidos sobre o governo do PT. O governo petista não defendeu as idéias de seu Ministro frente aos ataques da reação pró-imperialista. Reforçou a posição submissa de que o Brasil não pretende ter armas nucleares e que respeitará as inspeções da AIEA.

Fortaleza-CE

Governo Lúcio aprova reforma da previdência com apoio do PT e PC do B

O Governo Lúcio (PSDB) aprovou no dia 07/01, por 34 votos a 09, na Assembleia Legislativa, a reforma da previdência estadual. A reforma estadual é parte da reforma da Previdência do governo PT/Lula cujo objetivo é desmontar a previdência pública para favorecer os fundos de previdência privada, e cortar gastos para cumprir os acordos com o FMI e o imperialismo norte-americano.

A reforma do governo Lúcio institui: taxação de 11% para aposentados e pensionistas cujo benefício ultrapassa R\$1.200; aumento da idade mínima para a aposentadoria dos servidores público estaduais da ativa de 53 para 60 anos (homens) e 48 para 55 anos (mulheres), com tempo de contribuição de 35 anos para ambos os sexos; limita o teto dos servidores ao salário do

governador: R\$ 8.700

A traição do PT e do PC do B

PT e PC do B votaram a favor da aprovação da reforma junto com os demais partidos burgueses: PSDB, PPS, PMDB, PFL o que atesta o grau de integração à política burguesa. A traição dos reformistas não pára por aí. Os deputados José Guimarães, Nelson Martins, ambos do PT, e Chico Lopes, do PC do B, assumiram com unhas e dentes a defesa da reforma no plenário. A ênfase da defesa foi tal, que "O líder do governo, Osmar Baquit (PSDB), somente encaminhou a bancada a votar a favor da PEC, sem sequer discursar". (*Diário do Nordeste*, 08/01/04).

A deputada Íris Tavares chegou a chorar em plenário dizendo-se contra a

reforma; por fim votou a favor. A exceção ficou por conta de Luizianne Lins/PT que votou contra e pode ser punida. A direção estadual do PT possivelmente usará a punição como moeda de troca para conseguir a desistência da deputada em sair candidata à Prefeitura de Fortaleza e, assim, selar acordo do partido de apoio a Inácio Arruda/PC do B. A reforma foi aprovada na surdina, sem que os trabalhadores pudessem reagir. Os sindicatos dos servidores, CUT etc., nas mãos da burocracia sindical petista e estalinista, não moveram um dedo para lutar contra a reforma.

A aprovação da reforma da previdência pelo reformismo e seu satélite estalinista evidenciam como assumiram com unhas e dentes a defesa dos interesses da burguesia e do imperialismo contra as massas.

O que há por trás da nova avaliação governamental

“A teatralização da educação”

O governo mais uma vez procura obscurecer os verdadeiros problemas da educação, tentando passar a impressão de que se trata apenas mexer superficialmente. Desta vez, órgãos como o INEP, SAEB e MEC divulgam um novo plano para unificar a avaliação do Ensino Básico – uma prova matriz – como medida que visaria a mostrar realmente o desempenho de cada escola, a partir de 2005. Atualmente, existem 14 sistemas de avaliação do desempenho escolar nos Estados.

Segundo representantes desses órgãos, essa decisão objetiva ajudar o governo a ter uma “métrica nacional”. O SAEB aplica prova de matemática e por-

tuguês para 4ª e da 8ª séries, e 3ª colegial, a cada dois anos. Esse órgão que fazia os testes com caráter de amostragem (somente para determinadas regiões) passa a ser adotada em todo o território nacional. E para calar as críticas sobre as desigualdades regionais, muitas vezes não respeitadas nesses testes nacionais, o governo se diz preocupado com certas indagações (da prova) que abrangeriam as regionalidades etc.

O que não deve ser preocupação do Governo Federal é a enorme desigualdade existente entre as regiões do país, e que compromete verdadeiramente o próprio funcionamento da escola, evasões, trabalho infantil etc;

O que não deve preocupá-lo também é o fato de só gastar por volta de 4% do PIB, sendo que este nem mesmo chega a ser usado, devido a enorme corrupção (desvio de verbas) e lobbies na educação.

O que não deve preocupá-lo mesmo é sua enorme contribuição para uma farsa educacional, por seguir a cartilha do Banco Mundial.

Rechacemos essa forma de avaliação do ensino, por mostrar que não é isso que melhorará sua qualidade;

Rechacemos os ditames do Banco Mundial, suas tele-salas, privatizações no ensino etc.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Aos companheiros da Volks

2004: deverá ser de luta

Devemos começar o ano de 2004 nos organizando para enfrentar a destruição de postos de trabalho, o desemprego, o rebaixamento salarial, a terceirização e a eliminação de conquistas trabalhistas.

Não devemos acreditar que a tempestade de 2003 já passou. A crise de superprodução na indústria automobilística mundial deve se agravar ainda mais. Nada indica que no Brasil a situação se modificará para melhor.

O plano da Volks de reduzir o número de trabalhadores e lucrar mais rebaixando os salários continua de pé. A multinacional alemã tem por objetivo enfrentar a concorrência de outras montadoras eliminando grande quantidade de postos de trabalho e arrancando conquistas que tivemos no passado.

A disputa pelo mercado e por maior lucratividade obriga a Volks a descarregar a crise do setor automobilístico sobre nós assalariados.

As poderosas montadoras também usam essa situação para tirar proveito do governo, exigindo diminuição de impostos, empréstimos com juros subsidiados e outras vantagens. Pressionam o governo e o Congresso Nacional a modificar as leis trabalhistas de maneira que possam ter as mãos livres para impor a chamada flexibilização do trabalho.

É bem possível que nesse ano tenhamos de enfrentar a já anunciada reforma trabalhista e sindical. Boa coisa não virá. Estão na mira dessa reforma pontos essenciais como o 13º salário, descanso remunerado, FGTS, licença maternidade, seguro-desemprego etc.

Os companheiros sabem que nos últimos tempos só temos perdido terreno para os capitalistas exploradores. O que quer dizer que a classe operária vem sendo golpeada por acordos que trazem pobreza e desespero a milhões de brasileiros que vivem do seu trabalho.

Reformas como a da Previdência mostram o quanto a classe capitalista e seu governo usam do poder para descarregar a crise econômica sobre a maioria da população, não se importando que resulte em mais miséria e sofrimento. Os exploradores, seus partidos e seu gover-

no vivem prometendo dias melhores, mas ao contrário impõem reformas que protegem seus negócios e esmagam as condições de vida da população. É o que acontece com a saúde, a educação, as moradias, os transportes e o mais elementar do custo de vida.

A população iludida acreditou que elegendo o governo Lula e dando ao PT o poder do Estado essa situação poderia ser modificada. Mas logo viu que o novo governo faz o mesmo que os outros governos capitalistas. Os burgueses usam a popularidade desse governo para dar continuidade às reformas que contrariam as necessidades da população e favorecem o capital financeiro, as multinacionais, os grandes comerciantes, industriais nacionais e latifundiários.

Nós aqui na Volks tivemos de aguentar essas reformas e os acordos malditos, como esse último da Autovisão. Enquanto as multinacionais são protegidas, os assalariados sofrem com medidas que atingem direitos tão elementares como o da aposentadoria. Sofrem redução salarial não só porque não se reajustam os salários mas também porque têm de arcar com pesadas cargas de impostos e enfrentar constantes demissões.

Como os companheiros podem ver, um coisa está ligada a outra. O que se passa no interior da Volks acontece aos milhões de trabalhadores do país. O que quer dizer que devemos nos organizar para a luta não isoladamente numa fábrica, mas a partir dela avançar para o conjunto da classe operária e dos camponeses pobres do campo.

A experiência tem mostrado que os exploradores estão unidos e têm o governo para proteger seus interesses, enquanto que a classe operária está dividida e desorganizada como classe nacional e internacional.

Os seus sindicatos estão dirigidos por pelegos e burocratas que praticam a colaboração de classe, assinam acordos contrários ao trabalho e apóiam governos patronais.

Há toda uma luta pela frente para organizar a classe operária no seu terreno próprio da luta de classe e independente

da classe capitalista. É preciso recuperar a democracia operária nos sindicatos. Não temos hoje nem independência e nem democracia sindicais, uma vez que a burocracia dirigente é autoritária, elimina o direito de oposição nas assembleias, persegue os opositores, ameaça com violência aqueles que discordam de sua política de acordos malditos com o patronato e que submetem os sindicatos à política que vem do governo de cima para baixo.

Vemos que a luta pelas reivindicações como emprego e salário têm sido abandonada pelas direções sindicais vendidas e que substituem a luta coletiva dos operários pelas negociatas. Esse foi um dos problemas mais sérios que vivemos na Volks diante das demissões e dos acordos que resultaram favoráveis à multinacional.

Esse ano teremos também pela frente esse mesmo obstáculo. Teremos de eleger uma nova comissão de fábrica que seja de fato independente dos patrões e que não seja capacho da diretoria do sindicato.

A maioria da comissão existente representa a política da burocracia que manda no sindicato. Ao contrário, precisamos de uma comissão de fábrica que expresse a vontade do chão de fábrica, que seja organizadora das lutas e defenda não só os metalúrgicos da Volks mas os interesses gerais da classe operária.

A luta por uma nova direção fabril está colocada, depende não só de nossa parte mas também da vontade dos trabalhadores e de sua elevação política.

Dirigimos essa carta de início do ano aos nossos companheiros com os objetivos claros como:

- Organizar a fábrica contra demissões, rebaixamento salarial, destruição de conquistas trabalhistas e toda e qualquer opressão;
- Defender a bandeira de que demissão não se negocia, se luta pela defesa dos postos de trabalho e direito a todo o operário ter um salário que permita a existência de sua família;
- Lutar pela redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários, por meio da escala móvel das horas de trabalho;
- Recuperar as perdas salariais e lutar

A direção do sindicato não aceita crítica ao governo PT/Lula

A Plenária que a direção do sindicato convocou para discutir o ato pela correção da tabela do imposto de renda no dia 04/12 foi marcada por um grande debate entre os membros da direção do sindicato e o NETO, que é membro da comissão de fábrica na ala 4 (Oposição)

Tudo começou com o questionamento do porquê a CUT e a direção do sindicato declararem apoio total ao governo PT/LULA. Eles ficaram numa situação difícil diante da não correção da tabela do imposto de renda pelo governo. A situação era tão difícil para eles que, se fizessem o ato, desgastariam o governo. Se não fizessem, ficaria na cara que o sindicato se tornou parceiro do governo e que nada fará contra os ataques que o governo PT/LULA está fazendo e fará aos trabalhadores.

Os primeiros membros da direção a falar demonstravam claramente que não havia disposição de organizar um grande ato. Diziam que o ato deveria ser somente pela correção da tabela. E que não deveriam fazer outras críticas ao governo.

O pau comeu depois que o companheiro NETO falou. Vejam o que ele disse: "O Governo PT/Lula não deu a menor importância às reivindicações dos trabalhadores que exigiam a correção da tabela do imposto de renda. Ao contrário, aten-

deu aos interesses dos prefeitos e dos governadores e não fez a correção da tabela. Disse mais: "Nós temos que organizar um grande ato, não só pela correção da tabela do imposto de renda, mas também para denunciar a reforma da previdência, que faz os trabalhadores trabalharem mais e receberem menos, contra a CPMF que o sindicato sempre bateu contra e agora o PT transformou em permanente". E finalizou dizendo: "O que nós trabalhadores temos para comemorar em onze meses de governo PT/Lula? O risco país que caiu? A inflação que está "sob controle"? O aumento das exportações? Nada disso. Esses dados só alegram o FMI, que está elogiando a política econômica do governo PT/Lula. E cadê suas promessas de campanha: 10 milhões de empregos, três pratos de comida a todos os Brasileiros e reforma agrária. O oposto está acontecendo: em onze meses de governo Lula, **o resultado é: aumento do desemprego, mais 600 mil trabalhadores desempregados, a renda do trabalhador caiu 14%, os sem-terra estão na beira da estrada, aumentou o número de sem-terra assassinados e os bancos estão dando risada**".

Antes mesmo do companheiro NETO acabar de falar, um dos diretores do sindicato jogou uma cadeira para cima e disse que não ia aceitar que criticassem o Lula den-

tro do sindicato. Outro se inscreveu e, apontando o dedo para o companheiro NETO, disse que aquela seria a última vez que ele iria criticar o governo Lula. E que, da próxima vez, ele seria tirado na porrada do sindicato.

O sindicato tem de ser independente do estado e de qualquer governo

A direção sindical defende com unhas e dentes o caudilho Lula. Esquecem que ele hoje está governando o Estado burguês. E que o estado é um organismo de dominação da classe burguesa (exploradores) sobre o proletariado (explorados). Portanto, essa história de apoiar o LULA, porque é um operário que chegou ao poder, é conversa fiada, pois o estado corno já dissemos é um poder de repressão sobre a classe oprimida (você já viram alguma lei que beneficia os trabalhadores?). Diante da violência que a direção do sindicato faz sobre quem se opõe a sua política de parceria e de submissão do sindicato em relação ao governo, a tarefa que está colocada para os trabalhadores é a de retirar a direção pelega e lutar para construir um sindicato independente do estado e do governo. Que tenha como método de luta a ação direta, ou seja, as greves, as ocupações de fábrica e as manifestações de rua. E como objetivo principal a transformação socialista da sociedade.

Encontro Operário

Apresentamos abaixo as resoluções do último encontro operário do POR:

1. O acordo da Autovisão- novembro 2003 - comprovou a denúncia do panfleto Nossa Classe de que o acordo de 2001 não asseguraria de fato a estabilidade e o emprego até 2006. O panfleto explicava que a burocracia sindical e a direção da Volks prepararam uma armadilha para convencer os operários de que não se deveria lutar contra as 3 mil demissões anunciadas e aceitar uma solução negociada, que reduziria a jornada para 4 dias, diminuiria em 15% os salários, introduziria modificações na escala salarial e 700 seriam demitidos pelo mecanismo do PDV, em compensação a empresa concederia estabilidade até 2006. Nossa Classe afirmou claramente que depois do acordo a multinacional arranjará formas para cumprir sua meta de destruir 3 mil postos de trabalho, como havia inicialmente anunciado. O que não poderia ser feito de uma só vez, porque provocaria uma revolta total dos trabalhadores, seria realizado em etapas até 2006. Alertamos contra a ilusão de que era melhor garantir a estabilidade, perdendo parte dos salários e aceitando 700 PDVs, do que dizer não aos objetivos dos exploradores e organizar a resistência grevista, empunhando a bandeira de redução da jornada sem redução salarial. Mas a burocracia e os capitalistas unidos aterrorizaram a maioria e usaram a astúcia de deixar claro quem seria os demitidos, de forma que a maioria sentisse que desta vez estaria livre do facão. Embora perdessem de uma só vez 15% dos salários.

2. Em 2002, a Volks lançou o plano de terceirização em várias alas. A Ala 21, onde se concentrava a maior resistência oposicionista ao acordo, foi totalmente atingida. Frente à resistência isolada da Ala 21, que colocava a terceirização como a via da demissão, a burocracia e a patronal bateram na tecla de que ninguém perderia o emprego e que não estaria havendo quebra do acordo no aspecto da estabilidade. Diziam também que a terceirização era apenas uma medida de racionalização

da produção e que a diminuição de postos de trabalho na Ala 21 seria compensada com a transferência de trabalhadores desse setor para outros. Nas Alas não imediatamente afetadas, a comissão de fábrica encabrestada pela direção do sindicato espalhou a idéia patronal de que se tratava apenas de uma medida administrativa que iria permitir o lançamento de novos produtos. Usou-se a campanha de que a terceirização era a condição para que a planta da Volks no ABC viesse a produzir o modelo Tupi. Contra as manifestações dos operários da Ala 21, que viam claramente a destruição dos postos de trabalho, por meio da terceirização, fez-se a propaganda patronal de que os manifestantes não queriam a vinda do Tupi. A luta da Ala 21 contra a terceirização foi isolada pela burocracia, o que possibilitou a manobra da multinacional de troca da vinda do Tupi pela terceirização ser aprovada numa assembléia cheia de falsificações, mentiras e manobras, sob o comando do Presidente do Sindicato, Feijóo. A partir daí a patronal teve as mãos livres para ampliar a terceirização e preparar as condições para seu objetivo que é de destruição definitiva de postos de trabalho.

3. Um ano depois, 2003, a matriz alemã anunciou a grande novidade do capitalismo imperialista: a Autovisão. Somando Taubaté e São Bernardo, a Volks estimou um excedente de 3.933 trabalhadores. O que quer dizer que a montadora já não precisava deles e que se tornaram um peso financeiro. O anúncio veio recheado de análise de mercado, da brutal concorrência e da enorme capacidade industrial instalada subutilizada. E da necessidade da Volks enxugar seus quadros para não perder posições de venda. Conseqüentemente a empresa se via na contingência de eliminar os 3.933 postos de trabalho. Mas que não iria fazê-lo sem que desse uma alternativa social aos trabalhadores afetados. A grande novidade era a transferência da experiência da matriz alemã em qualificar aqueles

que seriam afastados da produção para outras atividades, que possivelmente poderiam ser alocados. Ao invés de demitir num só golpe, a empresa daria condições psicológicas e profissionais para os demitidos. A imprensa se encarregou de elogiar a multinacional por se preocupar com o destino de seus desempregados. Criou-se um clima cor-de-rosa para a situação dramática de quase 4 mil postos de trabalho liquidados e que nunca mais serão restabelecidos. É como se o capitalismo tivesse tomado consciência de que é preciso ser humano e ter cuidado com as demissões em massa. Na verdade, criou-se um clima para evitar que os operários se revoltassem e que a população oprimida abrisse os olhos para mais um ato de barbárie dos capitalistas. A burocracia sindical, inicialmente falou grosso contra a transferência ditatorial dos operários para a Autovisão. Sua preocupação era a de mascarar a quebra do acordo de 2001 no aspecto da estabilidade. Os burocratas foram mais uma vez para a Alemanha para conhecer de perto da fabulosa novidade e acharam um jeito de adaptá-la nas circunstâncias do acordo de 2001.

4. Aos poucos foi afinando a voz e retomando a política burocrática-patronal de que é melhor negociar sem luta e ceder em parte. A lista dos nomes com as devidas cartinhas às vítimas, mais uma vez, serviu à Volks e a à burocracia para separar a parte que seria prejudicada daquela que seria preservada. É como separar os bois do mata-douro. Depois da radicalização de que haveria a greve se a empresa não respeitasse o acordo de 2001, a burocracia dirigida por Feijóo/Marinho passou a pressionar os trabalhadores com a posição de que a melhor saída seria aceitar a Autovisão, porque em princípio a Autovisão em si não era ruim, o ruim era que a Volks pretendia transferir compulsoriamente e desligar os operários da empresa. Um acordo poderia ser objetivo se a Volks mantivesse a estabilidade até 2006 e não impusesse a

transferência para a Autovisão, deixando que fosse uma decisão espontânea dos metalúrgicos. O PDV guardado nas mangas apareceu como um passe de mágica. A Volks disse que asseguraria os trabalhadores desligados e transferidos para a Autovisão ganhando salários até 2006. E que abriria o PDV para os interessados. Estava montada a armadilha definitiva para mais uma investida dos capitalistas contra os postos de trabalho. Os operários da lista maldita poderão ficar três anos recebendo sem trabalhar ou aceitarem a demissão imediata pelo PDV. A burocracia festejou como uma boa solução, porque afinal das contas o operário pode optar por ser demitido pelo PDV ou esperar a demissão em 2006. Que alegria a de poder permanecer 3 anos recebendo sem trabalhar. Não se avalia o quanto é violenta a liquidação de 4 mil postos de trabalho, somando os 1923 da Volks com os 2010 de Taubaté.

5. A direção do sindicato cantou como vitória o fato da Volks assegurar o pagamento dos salários até 2006. Procurou convencer os operários que o seu acordo de 2001 não foi quebrado. Assim falseou e falseia a realidade. A estabilidade era a dos operários na produção. Foi estabelecido que até 2006 não haveriam demissões, portanto estaria assegurado nesse período a aplicação da força de trabalho do conjunto dos operários nas atividades da montadora. Ao afastar os 1.923, a Volks os desligou da produção e destruiu esse número de postos de trabalho. A Autovisão foi uma manobra para demiti-los, recebendo pelo período do acordo. A abertura do PDV comprova com mais clareza ainda a quebra do acordo. Aberto o PDV, 1.756 operários aceitaram a demissão, atraídos pelos 20 salários extras e 40% de adicional por ano trabalhado. É claro que a Autovisão foi usada como uma máscara para esconder a quebra do acordo e amortecer para se evitar a luta. O argumento de que receber sem trabalhar preserva o acordo porque o operário continua ganhando falseia o essencial da estabilidade no emprego, que é justamente a de assegurar o operário na produção e manter o posto de trabalho. Sabemos que existem duas situações: uma que o

patrão demite o operário e contrata outro, seja para obter maior produtividade, para mantê-la ou para reduzir o salário; a outra, o patrão fecha o posto de trabalho, demite o operário e não contrata mais ninguém em seu lugar. Qual desses dois casos prevalece? Prevalece a destruição de posto de trabalho, que é o objetivo essencial da Volks. Ela pode pagar 3 anos os salários dos virtualmente demitidos porque estes já não têm função produtiva. A renovação tecnológica permite manter a produção e até aumentá-la com um número menor de trabalhadores. A história de contratação e demissão de força de trabalho na Volks comprova isso. A fábrica chegou a ter 40 mil assalariados, foi reduzida a 16 mil. A meta é chegar a 10 mil. Os 700 demitidos no acordo de 2001, somados aos 1.923, chegam a 2.623. Somente por esse corte, chega-se a quase 3 mil anunciados em 2001. Sem dúvida, a multinacional não vai parar aí. Continuará fechando postos de trabalho o quanto for necessário para o lucro e a acumulação de capital. Pouco importa que a maioria dos demitidos vá enfrentar o desemprego estrutural e que, gasta as quirelas recebidas do PDV, pouco importa que sua família vá enfrentar o inferno da fome. A burocracia, ao aceitar a Autovisão, traiu seu próprio acordo, que por ter reduzido o salário e permitido 700 demissões já tínhamos acusado de maldito. A parte do acordo que levou os trabalhadores a aceitá-lo foi justamente o da preservação do trabalho até 2006. Assinar um novo acordo que fecha 1923 postos de trabalho e afasta esses trabalhadores, para serem demitidos pelo PDV ou aguardar a formalização no final de 3 anos, é assinar a quebra do acordo de 2001, naquilo que foi constado como proteção daqueles que permaneceriam no trabalho.

6. A direção do sindicato não esteve totalmente livre para negociar os acordos de demissão, terceirização e redução salarial. Teve de enfrentar o descontentamento de uma parcela dos metalúrgicos, a crítica de uma oposição organizada e propostas contrárias aos acordos malditos. Apesar de todo o seu aparato e poder de restringir violentamente a democracia operária, a burocracia enfrentou resistência, prin-

cipalmente do acordo da Autovisão. A burocracia lançou mão de mentiras e falsificações contra o posicionamento da ala combativa. No acordo de 2001 bateu sobre a tecla de que a vanguarda contrária aos seus termos pretendia jogar os operários numa aventura e não queria obter a estabilidade. Apesar da oposição não ser homogênea e uma parte dela expressar uma tendência conciliadora e não confrontação com a política de colaboração de classe da burocracia, calou fundo a caracterização de que o acordo era maldito. O Nossa Classe foi radical no sentido de denunciar o acordo como armadilha para reduzir salário e demitir. Mostrou que o acordo sem luta contra a destruição de postos de trabalho enfraquecia os metalúrgicos da Volks e a luta geral do proletariado contra o desemprego estrutural do capitalismo. A burocracia garantiu aos operários que a estabilidade seria uma importante conquista contra as futuras demissões. E que não era possível rechaçar o acordo que reduzia 15% dos salários, demitia 700 e modificaria outras relações trabalhistas. A promessa de estabilidade foi a arma da burocracia para quebrar a resistência dos trabalhadores e isolar em parte a oposição. Um ano depois do processo de terceirização, a direção do sindicato se juntou à multinacional para fazer a campanha da vinda do Tupi e de novos investimentos da empresa. O Nossa Classe e demais setores da oposição chamaram os trabalhadores a não aceitar a terceirização que se tratava de um instrumento para a demissão e eliminação de direitos trabalhistas. A campanha da burocracia foi de que a oposição era contra a vinda do Tupi. Manobrou a assembléia com a votação de quem era contra ou a favor dos novos investimentos. A burocracia usou essa assembléia para pôr fim ao movimento de resistência e permitir a Volks terceirizar parte da mão de obra. O Tupi ficou de chegar em 2005 e em 2003 a Volks lançou a Autovisão. O argumento contra a oposição, desta vez, foi que esta queria quebrar o acordo. Que não reconhecia a estabilidade conquistada. Mais uma vez mentia para passar sua posição colaboracionista e capituladora. Quem quebrava o acordo no aspecto da estabilidade era a multi-

nacional. E a burocracia ao aceitar a Autovisão não defendeu a estabilidade prometida no acordo. É claro que a Volks sabia que haveria uma revolta total se não usasse a artimanha de desvincular os 1.923, colocá-los virtualmente em situação de demissão e pagar os salários até 2006. A direção do sindicato também ficaria desmoralizada e teria de agüentar o ódio dos operários. A saída foi quebrar a promessa de estabilidade sem contudo deixar clara a demissão, iludindo os virtualmente demitidos com o mais longo aviso prévio da história trabalhista no Brasil. O importante desse combate é que os operários estão fazendo uma experiência com a burocracia traidora, tendo no seu seio uma oposição classista.

7. Não se pode deixar de reconhecer que a heterogeneidade da oposição e que determinadas posições por uma de suas alas enfraqueceram a luta de resistência. Não houve uma posição comum no ponto central do combate que é a destruição de postos de trabalho e o desemprego. A maioria da ala oposicionista é constituída pelo PT. Houve uma clara omissão do boletim Alternativa nos momentos chaves de luta contra o Autovisão. Evitou demonstrar que o acordo de 2001 foi uma farsa quanto à estabilidade e cedeu às pressões da burocracia que acusava a oposição de querer quebrar o acordo. A outra ala não petista, influenciada pelo PSTU, que publica o boletim Ferramenta se posicionou corretamente na caracterização de que a Autovisão era a porta para a demissão, mas levantou a bandeira de um PDV maior. A defesa do PDV quebra o princípio de não se negociar demissão. Não há um consenso na oposição de combater os PDVs. Membros da Alternativa da ala petista não consideram o PDV como demissão. E o Ferramenta toma o PDV como mecanismo de negociação. O Nossa Classe é totalmente contra o PDV e levantou a bandeira de que desemprego não se negocia. O PDV é um mecanismo da chamada flexibilização do trabalho. Foi instituído pela classe patronal para amenizar a violência das demissões em massa. É usado pela burocracia para negociar a demissão, iludindo os trabalhadores com a indenização e evitando a solidariedade operária no

enfrentamento aos cortes coletivos. A tendência do capitalismo é de destruição em grande escala de postos de trabalho. O PDV foi adotado para mascarar a medida impositiva e violenta da classe capitalista aos operários. Procura dar a idéia de se tratar de uma decisão espontânea do trabalhador em aceitar a indenização em troca da perda do emprego. Não há nada de voluntário. A burocracia, inclusive, combateu a oposição mostrando que a direção do PSTU no sindicato de São José dos Campos aceita mecanismos da flexibilização do trabalho, como o PDV e o lay-off. É claro que a burocracia se apoiou nas contradições da oposição para combater a linha revolucionária de oposição radical a Autovisão, que denunciou o objetivo de destruição de postos de trabalho e a necessidade dos operários resistirem com o método da ação direta. O Nossa Classe se esforçou para que a frente única da oposição não se rompesse, enquanto garantisse a denúncia da conciliação burocrática e mantivesse a linha de mobilização coletiva. A liberdade de expressão das divergências, por meio dos boletins, foi fundamental para a continuidade da frente única, de forma que as diferenças de posições no interior do polo de resistência ficassem claras entre os trabalhadores.

8. É preciso construir uma fração revolucionária no seio dos metalúrgicos. Dizemos revolucionária pelo programa de combate antiimperialista e anticapitalista, pelo método da ação direta, aplicação correta da tática frentista contra as medidas patronais e oposicionista à conciliação da direção sindical burocrática. As medidas capitalistas contra os empregos e os salários expressam a crise estrutural do sistema de produção de mercadorias, exploração do trabalho e acumulação de capital. A burguesia não apenas demite, via de regra elimina o posto de trabalho definitivamente. É o que tem acontecido principalmente nos ramos dominantes em que imperam os monopólios. A renovação tecnológica leva a destruição massiva de postos de trabalho, aumenta a exploração aumentando a produtividade, sem contudo ampliar o desenvolvimento das forças produtivas. A capacidade insta-

lada é muito superior a o que o mercado pode consumir. Os monopólios estão obrigados a aumentar a capacidade tecnológica sem contudo a economia poder elevar a capacidade de mercado. Na indústria automobilística essa contradição se manifesta indistintamente. Não por acaso, a destruição maciça de postos de trabalho ocorre periodicamente. Dispensa milhares de trabalhadores que não são realocados em outras áreas da produção e distribuição. Incha o exército de desempregados crônicos. As atividades informais se expandem e com ela o subemprego, a perda nacional da renda salarial e avança a pobreza do proletariado. A exigência da classe capitalista para que seu Estado, seu governo e seu parlamento legalizem a quebra de conquistas trabalhistas e dêem maior liberdade para o patronato usar medidas de flexibilização reflete a decomposição da sociedade de classe. A gigantesca máquina de produção e comércio se volta contra a força de trabalho e converte os meios de produção (maquinaria, tecnologia) em instrumentos de contenção das forças produtivas pelo capital monopolista ultra-concentrado. Os dois fatores das forças produtivas, que são a força de trabalho e os meios de produção, não mais podem progredirem harmonicamente. Ao contrário se acham em completo antagonismo na fase de domínio monopolista de produção. A mesma lei que levou ao aparecimento e desenvolvimento das forças produtivas capitalistas se transforma no contrário destruindo forças produtivas. A eliminação definitiva de milhares de postos de trabalho, o aumento desenfreado do exército de desempregados e subempregados são sintomas da lei de desenvolvimento e desintegração que rege o sistema capitalista. O programa da classe operária tem de responder a essa realidade. Esse programa parte da necessidade de eliminar as relações capitalistas de produção e transformá-las em relações socialistas de produção. Ou seja, a propriedade privada e monopolista dos meios de produção deverá assumir a forma de propriedade coletiva dos meios de produção. Essa transformação virá por meio da revolução proletária. A constituição da fra-

ção revolucionária no interior do proletariado não é outra coisa senão a sementeira do programa da revolução social.

9. A fração revolucionária se constituirá defendendo as reivindicações elementares do proletariado e combatendo todas as medidas que afetam as condições de sua existência. É assim que se desenvolverá o programa estratégico da revolução e ditadura proletárias. Sem essa defesa, a fração classista se adaptará às pressões da burguesia e renunciará o trabalho de elevação da consciência e organização revolucionária. As reivindicações vitais se chocam com o funcionamento do capitalismo monopolista e decadente. A contraposição das reivindicações de emprego e salário às medidas de flexibilização tem de ser trabalhada diariamente. A vanguarda não se pode deixar levar pelas pressões circunstanciais em que os trabalhadores aceitam forçosamente sacrifícios. A burocracia se apóia nos momentos difíceis para aterrorizar os assalariados com as ameaças de demissão e empurra o setor classista a aceitar em parte as pressões da burguesia. A fração classista conciliadora, ao assimilar as pressões tanto da burocracia quanto da burguesia, expõe a sua inconsistência programática. Submete a tática da ação direta à obtenção de um melhor acordo. Ou seja, procura melhorar o acordo da burocracia com o patronato. Desconhece as leis de funcionamento do capitalismo e assim não extrai as reivindicações, a tática da luta de classe e a organização revolucionária dessas leis. Atua baseada em circunstâncias, via de regra criadas por medidas patronais e pelas respostas dadas pela burocracia sindical. O classismo conciliador, por não estar de posse do programa da revolução e ditadura proletárias, corre atrás dos fatos e atua no interior do conflito disciplinado pelo capitalista e pela burocracia sindical. Não se constitui na vanguarda do proletariado, como tal desenvolve as reivindicações do proletariado cotidianamente e educa os lutadores para a construção do partido revolucionário. A luta pela destruição do capitalismo não se separa do trabalho cotidiano de defesa do em-

prego e do salário.

10. As reivindicações que de fato defendem a vida da classe operária são incompatíveis com o funcionamento do capitalismo na época de sua decadência. Temos assistido a burocracia renunciar e negar o combate em defesa do emprego e do salário. Assume os mecanismos de negociação das demissões como os PDVs e de valor da força de trabalho que não incorpora aos salários como os PLRs, abonos etc. E chegou ao ponto de negociar a redução salarial e rebaixamento de direitos trabalhistas. Ao contrário, o programa de defesa do proletariado parte das condições objetivas da exploração do trabalho e tem a luta de classes como o fator decisivo para enfrentar os ataques da burguesia. A defesa da reposição integral das perdas e aumento real constituem as verdadeiras bandeiras de defesa do salário. A defesa da redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários, como a escala móvel das horas de trabalho, constitui a verdadeira defesa da força de trabalho. O programa do proletariado não só não pode assimilar os mecanismos criados pelo patronato como deve combatê-los, explicando os fundamentos da exploração do trabalho e levantando as reivindicações próprias dos explorados. A experiência demonstra que a burocracia aliada ao patronato convence os trabalhadores que PDVs, PLRs, banco de horas etc são favoráveis se bem negociados. Dizem que tanto podem servir ao patrão como o empregado. O que não é verdadeiro. Os PDVs servem para evitar a luta em defesa do emprego para o conjunto dos assalariados. Os PLRs servem para não se exigir reajustes e aumentos reais e para livrar os patrões de encargos sociais. O banco de horas livra os exploradores de pagarem as horas-extras. Por mais que os operários estejam convencidos de que esses mecanismos são um mal necessário, porque é assim a burocracia os educa para não enfrentar os capitalistas com suas reivindicações próprias, a fração revolucionária não pode abrir mão das reivindicações próprias e não pode participar o jogo das negociações em torno dos mecanismos criados pelo patronato.

11. O movimento operário atra-

vessa a situação particular de ter levado ao poder do Estado o partido que se mascarou de trabalhador. O sindicato e a CUT, majoritariamente, são dirigidos por uma fração burocrática vinculada ao PT e ao governo Lula. Essa direção combate com violência a vanguarda opositora, que caracteriza o governo PT\Lula de pró-capitalista e de orientação política de proteção ao grande capital. Atua como burocracia estatizante dos sindicatos. A política corporativista da direção sindical petista a obriga a restringir quase totalmente a democracia sindical. Aprofunda sua política de fragmentação das lutas e de isolamento dos conflitos em cada fábrica. É necessário trabalhar incessantemente pela unidade da classe operária e pela democracia sindical. Os acordos assinados por fábrica de demissão e redução salarial, banco de horas, terceirização, resultam da orientação que fragmenta a classe operária e elimina a ampla discussão sobre as medidas implantadas pelo patronato. Os capitalistas têm encontrado facilidades para impor os acordos malditos não só porque tenham aterrorizado os trabalhadores com as demissões mas também porque contam com a mutilação da democracia sindical. Está aí por que a defesa das reivindicações elementares devem vir acompanhada da reivindicação da democracia operária no sindicato. As bandeiras de unidade operária, organização independente fabril, autonomia frente ao Estado, ao governo e aos partidos burgueses e total democracia sindical são parte do programa da fração revolucionária. A constituição de células do partido revolucionário no interior das fábricas é a condição imprescindível para se conquistar a independência política e ideológica dos sindicatos frente ao Estado e ao seu governo. A construção do partido permite a vanguarda ganhar força no seio da classe operária para derrotar a burocracia sindical, no momento majoritariamente se identificada com o PT. A luta pela derrota política e ideológica da burocracia é parte do trabalho voltado a destruir o capitalismo pela revolução proletária.

“Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Iniciamos neste número do Massas uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começaremos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. Para uma melhor compreensão, recomendamos a leitura do texto “As três fontes constitutivas do marxismo”, de Lênin (já publicado no Massas).

1. classes sociais – burguesia e proletariado

Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. (Nota de Engels à edição inglesa de 1888).

2. luta de classes – história

A história de toda sociedade até hoje** é a história de lutas de classes.

** Isto é, toda a história escrita. A pré-história, a organização social anterior à história, escrita, era quase desconhecida em 1847. Mais tarde, Haxthausen descobriu a propriedade comum da terra na Rússia, Maurer mostrou ter sido essa a base social da qual as tribos teutônicas derivaram historicamente e, pouco a pouco, verificou-se a comunidade rural era a forma primitiva da sociedade, da Índia à Irlanda. A organização interna dessa sociedade comunista primitiva foi desvendada, em sua forma típica, pela descoberta decisiva de Morgan, que revelou a verdadeira natureza da gens e a sua relação com a tribo. Com a dissolução dessas comunidades primitivas, a sociedade começou a se dividir em classes diferentes e finalmente antagônicas. Procurei retratar esse processo de dissolução na obra *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats* (A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado), 29ª ed. Stuttgart, 1886. (Nota de Engels à edição Inglesa de 1888)

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres* e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação (Umgestaltung) revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta.

Nas épocas anteriores da história encontramos quase por toda parte uma completa estruturação da sociedade em diversas ordens (Stände), uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga temos patrícios, guerreiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassallos, mestres, companheiros, aprendizes, servos; e em quase todas essas classes (Klassen), outras gradações particulares.

A moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas.

A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, entretanto, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai-se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletariado.

Dos servos da Idade Média nasceram os moradores dos burgos (Pfahlbürger)



das primeiras cidades; deles saíram os primeiros elementos da burguesia (Bourgeoisie).

3. Estado como instrumento da classe dominante

O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê (Ausschuss) para administrar os negócios comuns de toda a classe

burguesa.

4. Caráter mundial do capitalismo

A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou debaixo dos pés da indústria o terreno nacional.

5. Capitalismo submete o campo à cidade

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação à rural e arrancou assim uma parte considerável da população do idiotismo da vida rural. Assim como subordinou o campo à cidade, subordinou os países bárbaros e semibárbaros aos países civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.

Nesta edição:

- As nacionalidades devem recuperar toda a terra!
- O M.A.S. burguês agora se põe de joelhos diante do imperialismo norte-americano e do embaixador Greenlee
- A estupidez maior: uma cúpula político-social convocada por Mesa será a solução de todos os problemas, isso disse Evo Ochoa.
- Liberdade imediata a Saddam Hussein

**Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Por uma política correta, sem demagogia

As nacionalidades devem recuperar toda a terra!

Aquela que lhes foi usurpada ao longo dos séculos. Defender que aos camponeses se lhes outorguem terras marginais, junto aos latifúndios usurpados por empresários poderosos e fazendas que possuem os burgueses, é insultá-los.

Não se pode aceitar que a solução do problema da terra, que toca a própria estrutura do país, seja colocada como uma dádiva dos governos burgueses serventes do imperialismo. Esse problema é parte da revolução social, sua questão chave, deve ser formulada e resolvida assim. A luta pela terra é uma guerra, é combate com armas.

Marchamos para a revolução social

A frente antiimperialista (a unidade da nação oprimida pelos Estados Unidos) ao se estruturar coloca, como bandeiras inseparáveis e impostergáveis, a recuperação de toda a terra e a autodeterminação nacional (que as nacionalidades se convertam em estados nacionais).

Essas tarefas democráticas não serão cumpridas no marco da ordem social capitalista e mundial em decomposição.

Tal fator impõe que a libertação das maiorias camponesas

se cumpra por toda a nação timoneada pela classe operária.

O campesinato segue atrapado pela pequena propriedade e em que pese esta circunstância tem que seguir à classe social que luta a morte contra a propriedade privada, o que empurra a as nacionalidades nativas contra a grande propriedade. Em certo momento da luta antiburguesa, antiimperialista, proletariado e campesinato arremetem contra a grande propriedade.

Assinalamos só um aspecto da revolução antiburguesa.

A fazenda coletiva

La verdadera libertación do campesinato se concretizará nos Estados soberanos assentados na fazenda coletiva de grande dimensão e que pode permitir a produção maquinizada e eletrificada.

Esse será o momento da total unidade entre o campesinato e o proletariado, que devem encaminhar-se ao avanço do comunismo e à destruição de toda forma de estado opressor. A classe operária mostrará os benefícios desse processo com exemplos.

O M.A.S. burguês agora se põe de joelhos diante do imperialismo norte-americano e do embaixador Greenlee

O partido chamado M.A.S. é populista e ontem proclamou que chegará à presidência com ajuda da papeleta eleitoral e que rechaça o caminho insurrecional. Seu chefe se abraçou com a cúpula dirigente do empresariado e os chefes do NFR, com a esperança de que esses setores reacionários o catapultassem para o Palácio Queimado.

O acontecido ultimamente é a maior prova de que a direção impostora do M.A.S. segue uma política burguesa inconfundível, em que pese a que a ordem social capitalista envelhecida esteja em plena decomposição.

Propor "um pacto contra o narcotráfico" entre os sindicatos de cocaleiros e os Estados Unidos imperialista quer dizer que o M.A.S. francamente burguês se põe de joelhos diante dos opressores ianques, que reduziram a Bolívia a sua colônia. As palavras de Evo: "se falamos da luta contra o narcotráfico façamo-la. Desafio o embaixador estadunidense David Greelee, a que façamos um pacto, um pacto real".

O desafio para o povo boliviano: há que sepultar os serventes do imperialismo norte-americano!

A estupidez maior: uma cúpula político-social convocada por Mesa será a solução de todos os problemas, isso disse Evo Ovo.

Tanto os que crêem na cúpula da politicagem e o grosso do país respondem que, levando em conta de onde vem a receita, é uma ovada que não merece um amplo comentário e menos ainda ser defendida.

A raiz de nossos males?

A colônia boliviana dos Estados Unidos da América foi convertida em terreno no qual se descarregam todas as desgraças que gera a crise econômica estrutural e mundial do capitalismo em decadência. Essa é a causa maior de nossas desgraças.

O panorama se obscurece muito mais porque a maioria nacional ainda não sepultou a classe dominante nativa (atualmente no poder), famosa por manter a fome e ser entreguista do país, que geme porque tem de suportar as consequências que gera obrigatoriamente a burguesia nacional miserável, incapaz de lutar pela conquista de posições no mercado mundial, por ser esmoleira e por esperar que o imperialismo a salve de sua miséria com suas esmolos periódicas. As linhas mestras de sua política se reduzem a pedir esmolos ao amo do norte, o que acentua a dependência colonial do país.

A essência desse fenômeno se concentra no MNR, que se converteu num partido patronal e miserável, que assinala o caminho que devem seguir todas as correntes políticas nacionalistas e pró-imperialistas. Às criaturas do movimentismo e até

os que pretendem se apresentar como sua negação; não alcançam a altura do movimentismo dos anos cinquenta.

A grande evolução do MNR primitivo, vai da colocação a meio termo da libertação nacional para concluir rastejando aos pés do imperialismo, sobretudo do norte-americano. Isso demonstra que é laçao do escravizador EUA e que se empenha a fundo para evitar a libertação nacional e o fim da opressão de classe

Como atua a traição populista?

Está plenamente encarnada em Evo e sua quadrilha de meliantes.

Propõem:

A unidade de escravizados, explorados, oprimidos, com os escravizadores e exploradores; da colônia boliviana com os EUA; de Evo com o embaixador-vice-rei. Essa é a unidade nacional com a que tanto sonhou o MAS.

A cúpula que consagre essa traição seria a tão publicizada constituinte.

Busca santificar a escravização eterna dos bolivianos, sua exploração e opressão, retocando a atual constituição e o respeito à grande propriedade. Outros nos dizem que a salvação seria redigir outra constituição sem tocar os privilégios burgueses.

(Extraídos do Masas boliviano nº 1883, de 12/12/2003)

A Importância dos 67 Volumes das Obras Completas de Guillermo Lora

O Partido Operário Revolucionário boliviano estudou a realidade de seu país e revelou as leis de desenvolvimento e de transformação qualitativa.

Eis a principal importância do marxismo-leninismo-trotskismo, que transformou profundamente a política do país e assinalou o caminho que conduz as massas exploradas a sua total libertação, até a sociedade sem classes oprimidas nem opressoras.

Na atualidade o POR boliviano é o único partido marxista-leninista-trotskista na Bolívia. Nas Obras Completas se encontra esta história e a crítica e autocrítica ao processo histórico e a participação do POR.

Os Ensinamentos do Bloco Mineiro Parlamentar

No final de 1946 se constituiu uma frente chamada Frente Única Proletária entre o Partido Operário Revolucionário e a

Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia, tendo como fundamento político programático as "Teses de Pula-cayo", que acabavam de ser aprovadas no Congresso da Federação.

Essa Frente, que proclamou como objetivo final a revolução proletária, a conquista do poder político pelo caminho da violência e não o parlamentar, participou das eleições gerais de 5 de janeiro de 1947 elegendo 2 senadores e 8 deputados.

Após o Massacre dos Mineiros de Siglo XX (maio de 1947), as figuras principais do Bloco Mineiro foram expulsos do Poder Legislativo, perseguidos, presos e exilados do país.

OBJETIVO DO BLOCO MINEIRO: converter o parlamento em tribuna revolucionária, a fim de acabar com o capitalismo. Participou nas mobilizações de massa, nas greves que ocorreram no período e lutou para por em pé a Central Operária Nacional. **A TÁTICA APLICADA:** A Frente Única Antiimperialista. Não se buscou colaborar com a burguesia e seu governo, mas consumir a revolução social.

Iraque

Liberdade imediata a Saddam Hussein Fora os invasores imperialistas do Iraque Autodeterminação dos povos

A prisão do chefe de governo do Iraque, Saddam Hussein, é consequência da violação imperialista da autodeterminação dos povos. A nação iraquiana foi invadida e está ocupada militarmente pelos Estados Unidos por razões econômicas e estratégicas. A maior potência exerce o poder de ditadura mundial, munida de uma capacidade bélica gigantesca.

A total desintegração de um poder de Estado nacional pela ocupação militar e a edificação de um outro poder sob o comando externo dos Estados Unidos expõem a face ditatorial do imperialismo. O governo das multinacionais e do capital financeiro procura mascarar a ditadura imperialista com a farsa de levar a democracia ao Iraque em substituição ao regime carrasco de Saddam Hussein. Institui um governo títere e corrompe as lideranças de etnias que compõem o povo iraquiano.

O Estado iraquiano está ocupado pelos tanques dos invasores e quem o comanda são os generais norte-americanos. Essa ditadura do capital imperialista conta com a resistência de uma guerra de guerrilha e não consegue ganhar o apoio unificado do povo iraquiano.

A caça à cúpula governamental de Saddam, anunciada ao mundo em cartas de baralho e oferecida recompensa de milhões de dólares a delatores, foi traçada como condição para destruir a resistência e estabilizar um poder títere. A prisão de Saddam, apresentada em condições humilhantes, constitui um

ponto alto da estratégia norte-americana de domesticar os iraquianos.

Os meios de comunicação do mundo inteiro foram acionados para apresentar um rato de esgoto e estabelecer antecipadamente o julgamento da pena de morte. Quase no mesmo instante em que os porta-vozes do imperialismo incentivam a população mundial a parabenizar o chefe do imperialismo Bush, as forças militares que ocupam o Afeganistão assassinam uma centena de crianças. E, a olhos vistos, os milhares de manifestantes iraquianos que protestavam contra a prisão de Saddam são metralhados nas ruas.

Sobre o sangue da população oprimida, Bush monta a farsa do julgamento de Saddam. Não foi o povo iraquiano que derubou seu governo e não será ele que ajustará contas de seus crimes. O imperialismo precisa dar a impressão de que limpa a humanidade de um fascínora. Na verdade, pisoteia a autodeterminação dos povos e exerce sua ditadura mundial.

É contra esse poder e a barbárie dos opressores dos povos semicoloniais que os trabalhadores e a juventude devem defender liberdade imediata e incondicional a Saddam Hussein e fora os Estados Unidos do Iraque. A autodeterminação, que implica o direito do povo iraquiano julgar ou punir como bem entender seu governo, exige a libertação imediata e incondicional de Saddam.

Bolívia

A Situação Política Rapidamente Evolui Para uma Nova Eclosão Social

Estamos diante de um governo absolutamente débil, incapaz de resolver os problemas do país. A cada dia que passa e de forma mais nítida ele se mostra como um dócil instrumento do imperialismo e como continuador da política antinacional e entreguista do gonismo. Desesperadamente utiliza as charlatanices do referendo vinculante e da assembléia constituinte como artifícios para conter as mobilizações das massas.

Os últimos acontecimentos, como as mobilizações universitárias em Cochabamba e La Paz, a acentuação das ocupações de terra em todo o país, as mobilizações dos condutores e de pequenos comerciantes contra o Código Tributário etc., são sinais inequívocos da maturação de uma nova eclosão social.

É exatamente por causa disso que a burocracia sindical e a política abertamente burguesa e eleitoreira do MAS (Movimento ao Socialismo, partido do líder cocaleiro e candidato a presidente nas últimas eleições, Evo Morales) buscam desesperadamente conter as mobilizações das massas e acabam se chocando cada vez mais abertamente com as tendências instintivas dos explorados que marcham para a insurreição.

É urgente consolidar a direção política revolucionária capaz de conduzir os explorados para a vitória.

O Programa que é encarnado nas ações das massas já está presente, mas a presença física da organização que deve atuar na linha de frente dos explorados insurretos é débil. Esta direção deve tra-

balhar para incorporar todos os setores para a luta, elaborando suas próprias reivindicações imediatas e projetando-as com o objetivo de acabar com o sistema social caduco, com seus governos, e suas expressões políticas, com a grande propriedade burguesa dos meios de produção para transformá-la em propriedade social e por estruturar um novo Estado de operários e camponeses baseado nos órgãos de poder das massas em luta.

(extraído do Boletim da URMA – União Revolucionária de Maestros, professores – de Cochabamba n° 112, dezembro de 2003. Publicado no jornal Masas boliviano n° 1883 de 12/12/2003))